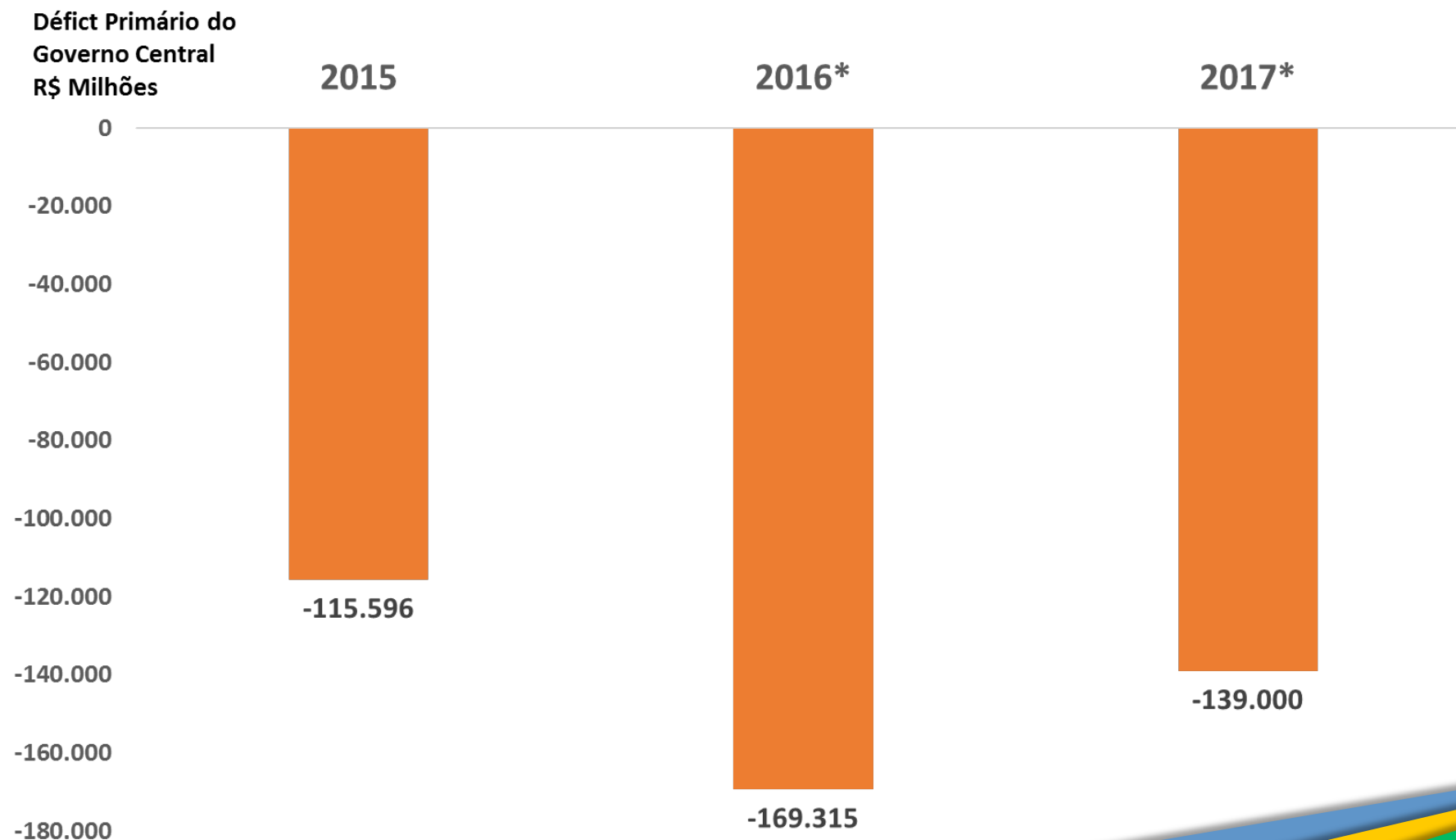


Por que é indispensável o Novo Regime Fiscal?

O Ajuste Fiscal é condição fundamental à retomada do crescimento econômico. O Governo Federal enfrenta o desafio de promover-lo a partir de um déficit primário previsto de quase R\$ 170 bilhões em 2016. A esse cenário somam-se cerca de R\$ 185 bilhões de Restos a Pagar em 2016 e o comprometimento por parte de contratações passadas de mais de R\$ 145 bilhões nos orçamentos dos próximos anos.

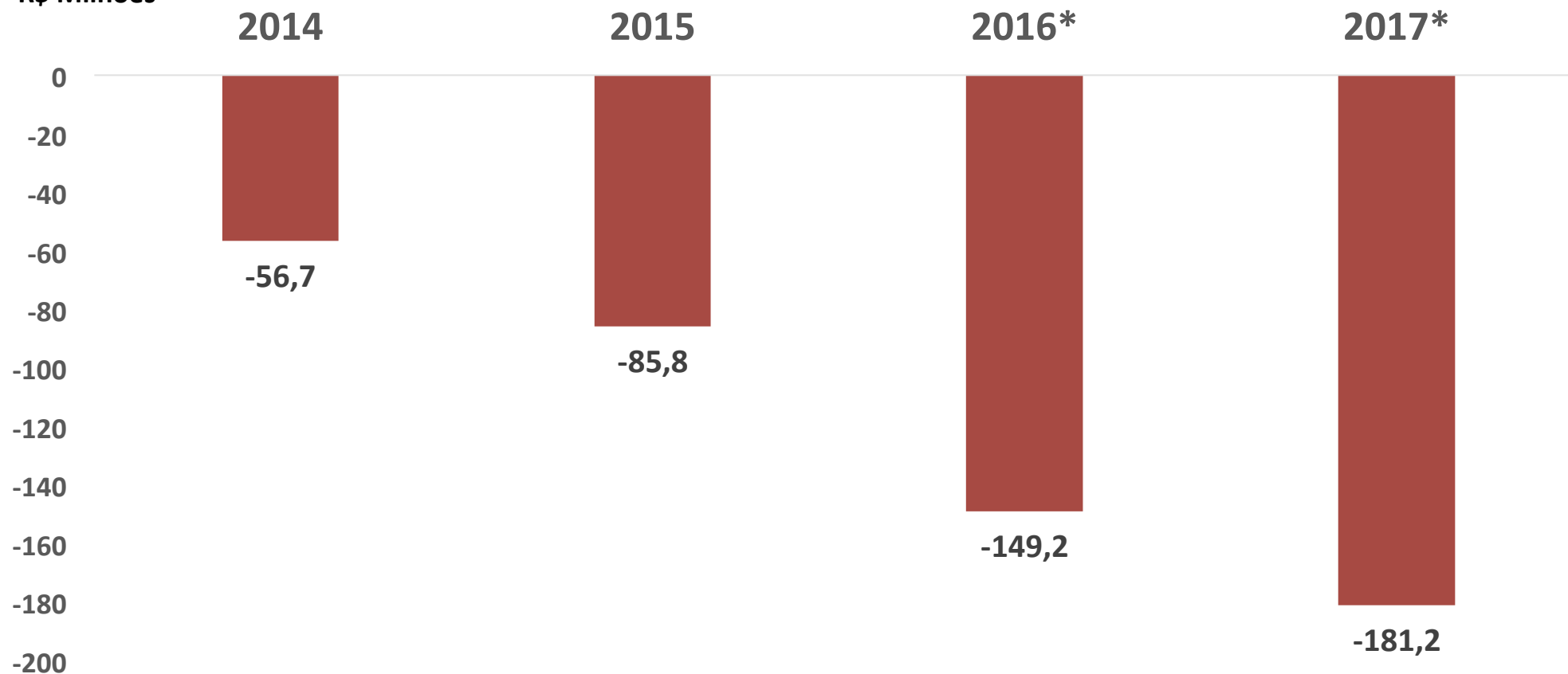
OBS: com o ajuste não haverá dissonância entre o orçamentário e o financeiro.



Fonte: STN/MF. * Meta de Resultado Primário do Governo Central LDO 2016 e PLDO 2017.

Evolução do Déficit da Previdência (RGPS)

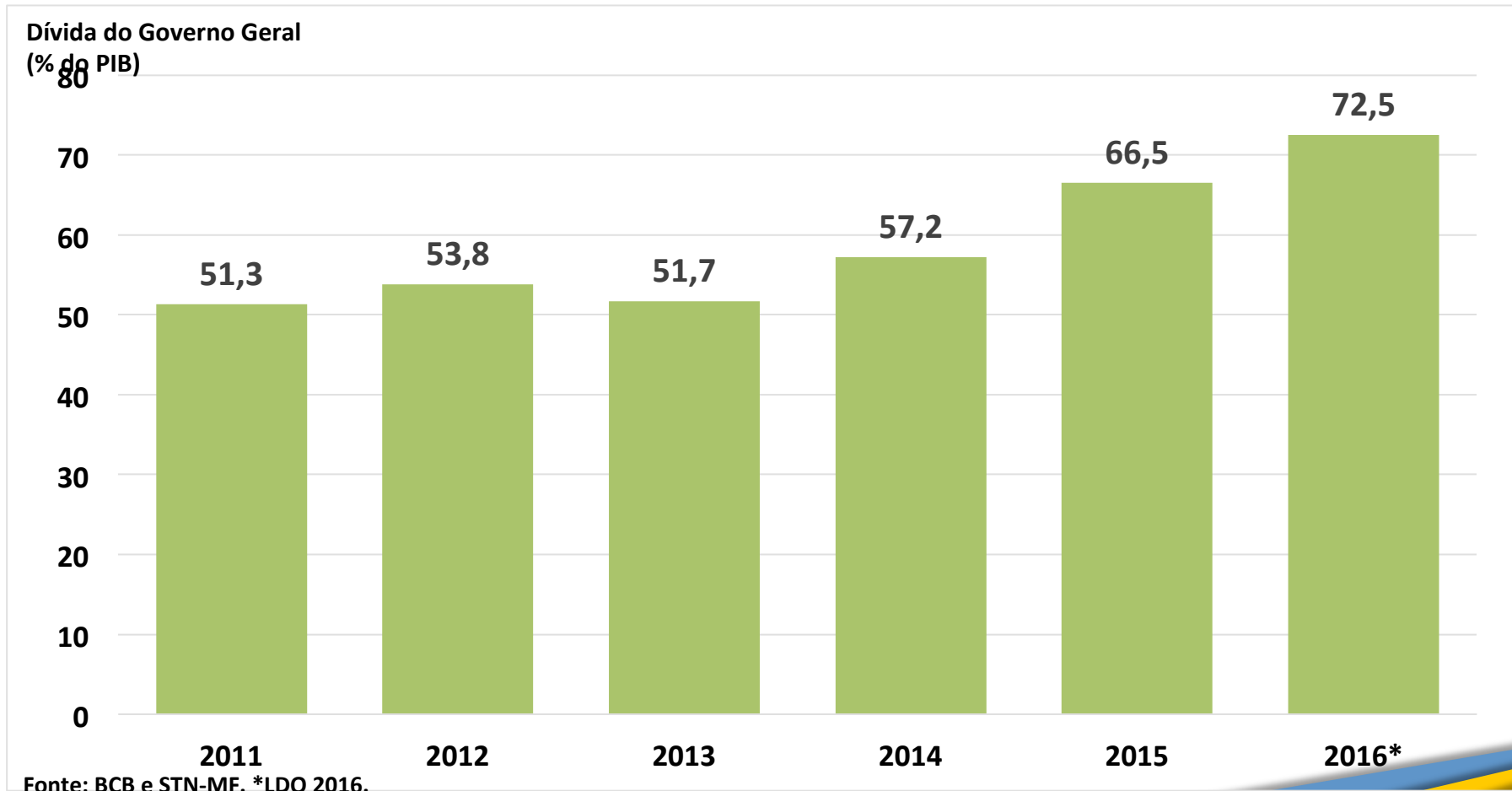
Déficit do Regime Geral
de Previdência Social
R\$ Milhões



Fonte: SOF.

Evolução da Dívida Bruta do Governo Geral

O desequilíbrio nas contas públicas levou à elevação da dívida bruta pública. Em termos absolutos alcançou R\$ 4,5 trilhões que representa R\$ 21,9 mil por habitante. Se a PEC não for aprovada a Dívida Bruta chegará a 100% do PIB em 2024.



Desequilíbrio das Contas Públicas

- A nova diretriz para as contas públicas, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior (Novo Regime Fiscal), é um importante passo para a sustentabilidade da política fiscal.
- Outra medida indispensável para recuperar a estabilidade fiscal de modo duradouro é o aperfeiçoamento do regime previdenciário à luz dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional que ocorrerá nas próximas décadas.
- Essas medidas darão o espaço necessário para administrar a política fiscal de modo a angariar a retomada da confiança dos agentes econômicos e permitir que outras reformas estruturantes comecem a produzir seus efeitos.

Efeitos do Novo Regime Fiscal

PEC 241

PEC 241 - Novo Regime Fiscal

- Aplicada a todos os Poderes
- Prazo de 10 anos: limitação pelo valor da despesa realizada do ano anterior corrigido pelo IPCA do ano anterior
- Após o 10º ano, a regra poderá ser revista
- O piso da Saúde e da Educação passará a ser corrigido pela inflação
- O crescimento previsto do gasto da previdência nos próximos 10 anos, mesmo com a reforma, implicará redução real dos gastos das demais áreas, exceto dos gastos com a Saúde e da Educação, que serão protegidos.

Vantagens do Novo Regime Fiscal

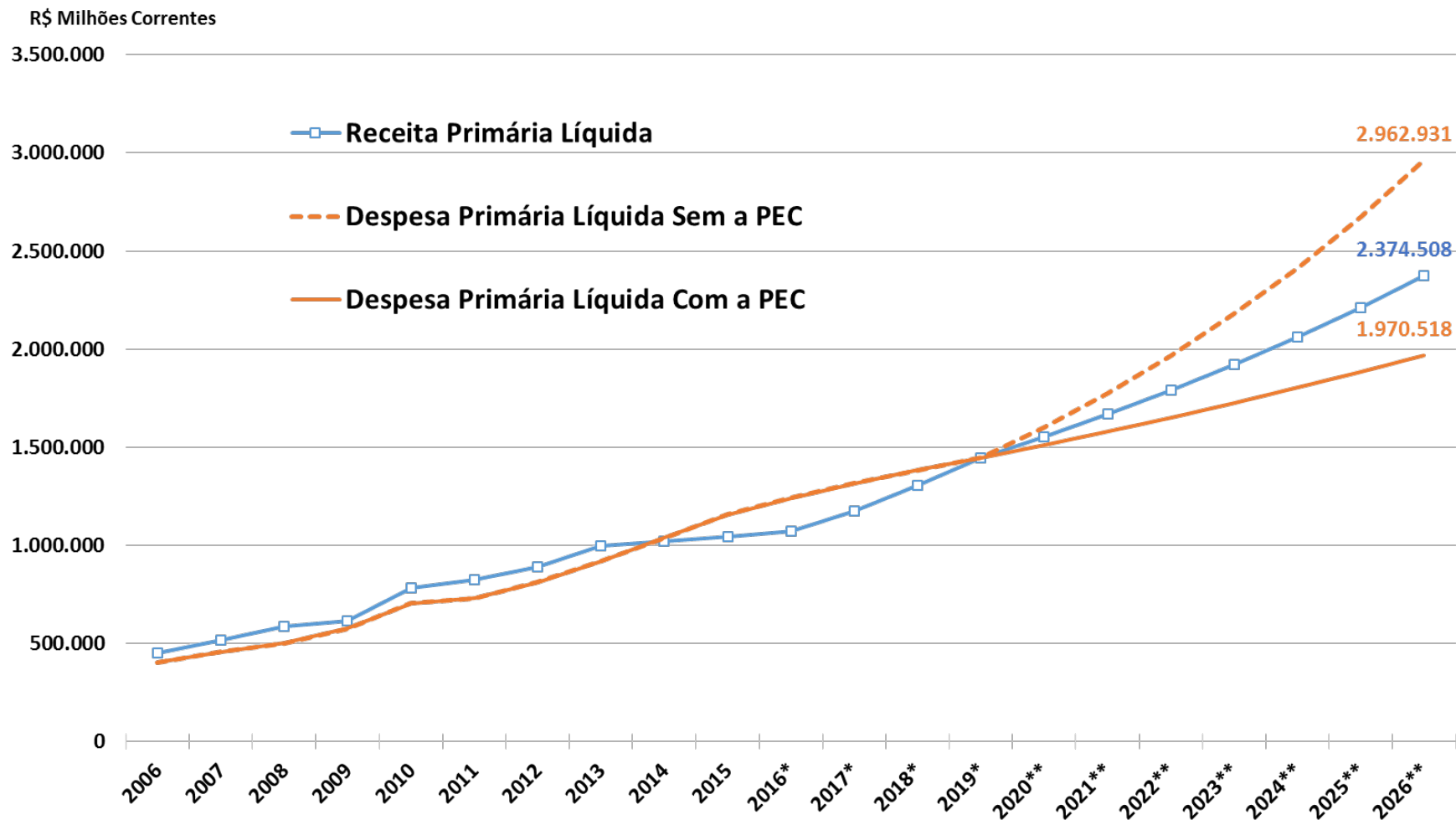
- Reduz a pressão para aumento da carga tributária
- Permite a geração de superávits necessários para a estabilização macroeconômica
- Mitiga o efeito cíclico das despesas, reduzindo o endividamento público
- Aumenta a confiança dos investidores na sustentabilidade da política fiscal
- Fortalece o planejamento:
 - Incentiva a sociedade a reavaliar suas prioridades
 - É uma âncora de médio prazo para a política fiscal
- Países que têm regras de controle do gasto geram resultados fiscais mais consistentes

Países que adotaram o limite da despesa

- Suécia (1997-)
- EUA (2011-)
- Finlândia (2003-)
- França (1998-)
- Japão (2011-)
- Eslovênia (2010-)
- Peru (2000-)
- Polônia (2011-)

Obs.: - regra vigendo

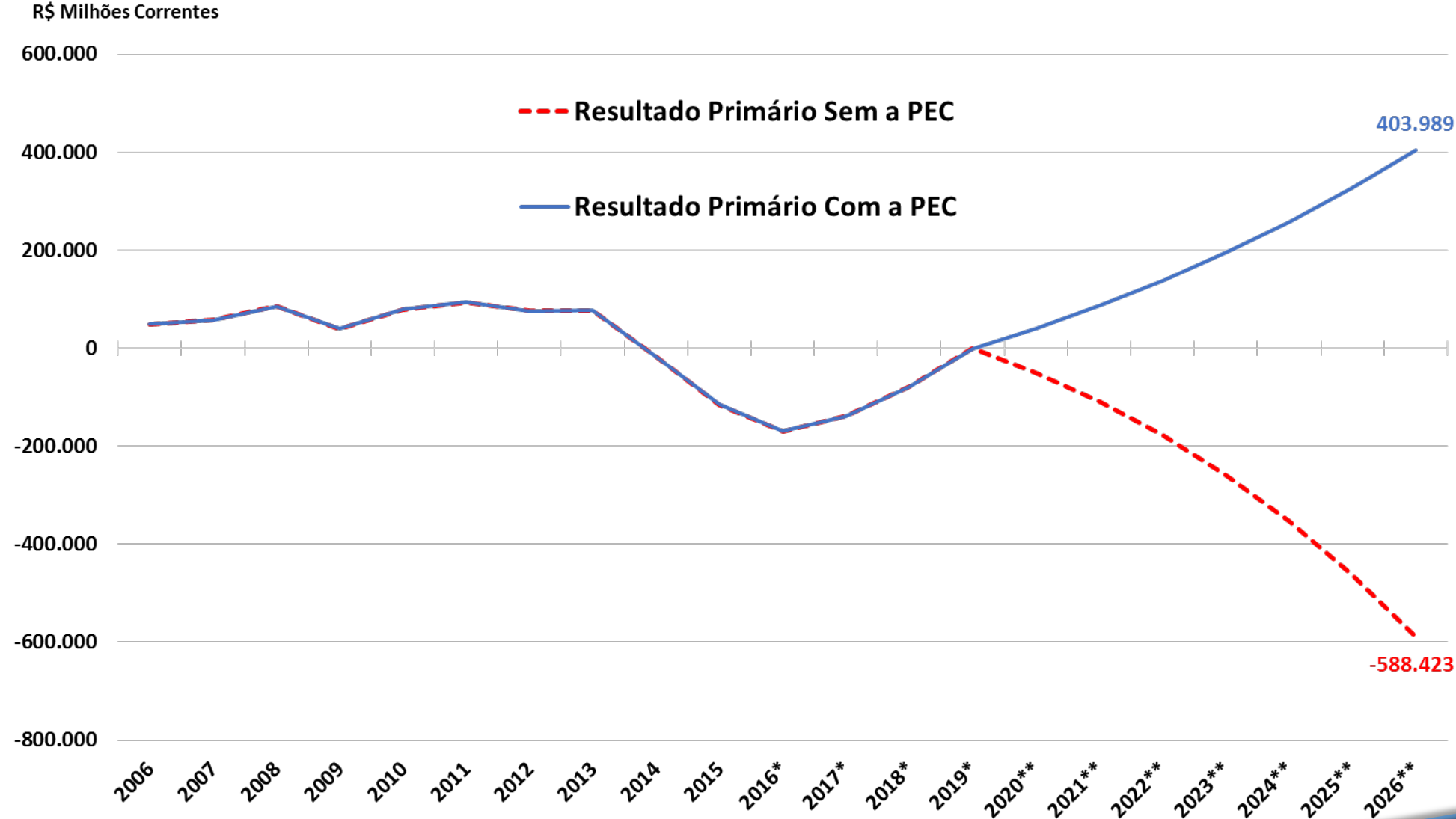
A aprovação da PEC do teto do gasto impede uma trajetória explosiva da Despesa Pública ante a Receita



Fonte: STN/MF. Elaboração: SEPLAN/MP.

* Dados da LDO 2016 e PLDO 2017. ** A partir de 2020, dados Simulador SEPLAN/MP: PIB real +2,5% e Despesa Primária real +6,0%.

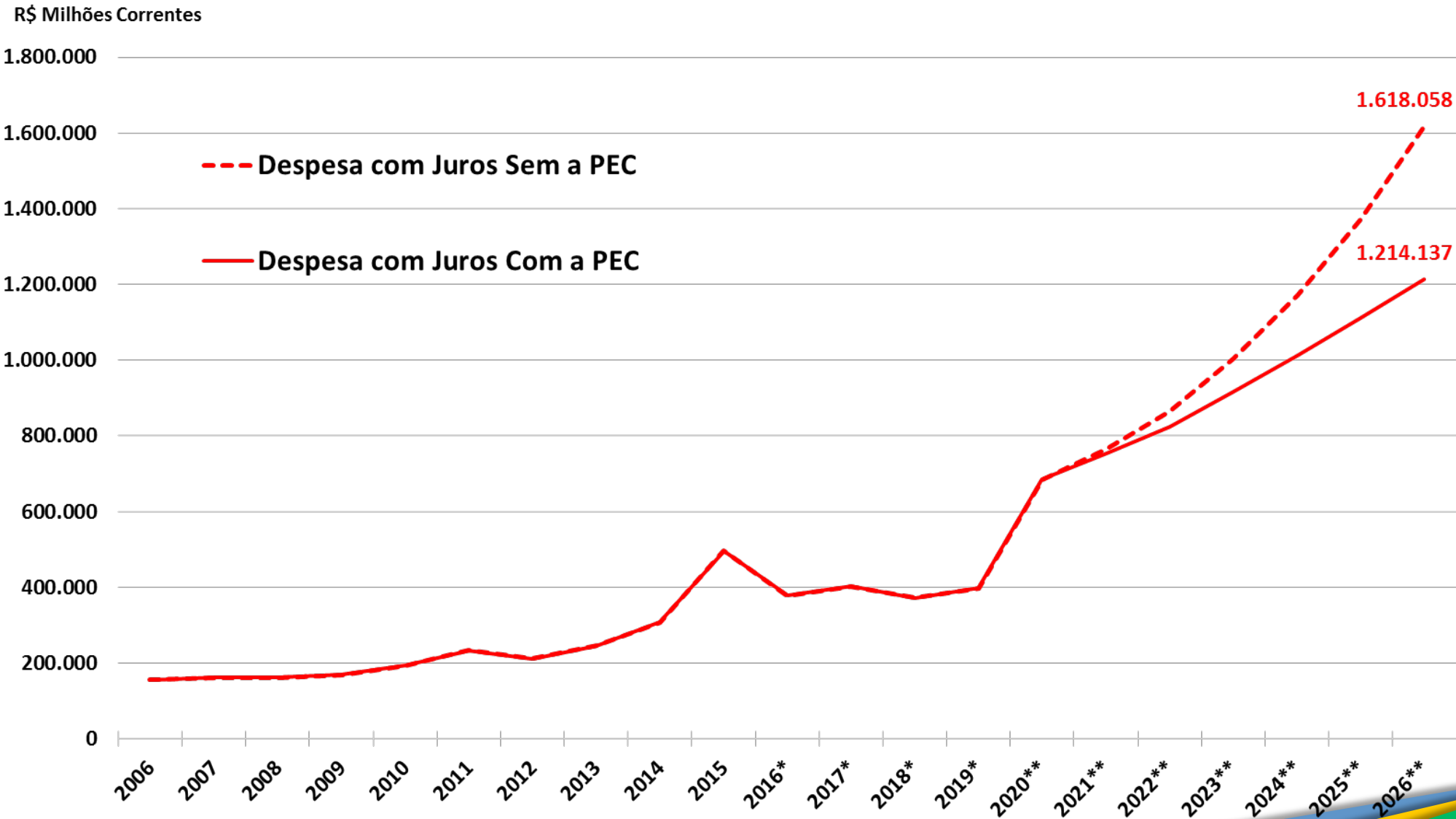
A aprovação da PEC do teto do gasto impede um Resultado Fiscal Primário explosivo



Fonte: STN/MF. Elaboração: SEPLAN/MP.

* Dados da LDO 2016 e PLDO 2017. ** A partir de 2020, dados Simulador SEPLAN/MP: PIB real +2,5% e Despesa Primária real +6,0%.

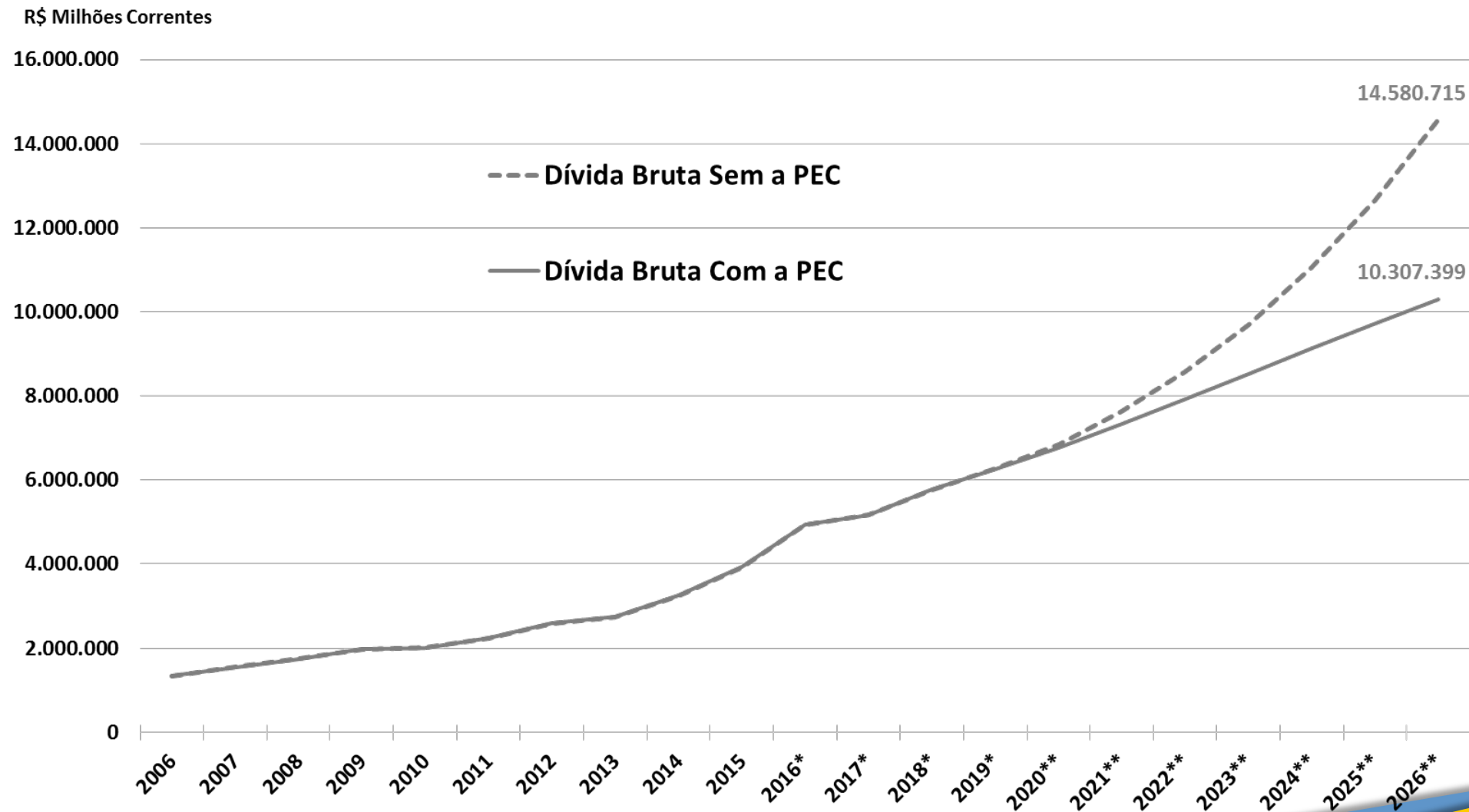
A aprovação da PEC do teto do gasto impede que se gaste mais com Juros



Fonte: STN/MF. Elaboração: SEPLAN/MP.
* Dados da LDO 2016 e PLDO 2017. ** A partir de 2020, dados Simulador SEPLAN/MP: PIB real +2,5% e Despesa Primária real +6,0%.



A aprovação da PEC do teto do gasto impede que a Dívida Pública siga uma trajetória não sustentável

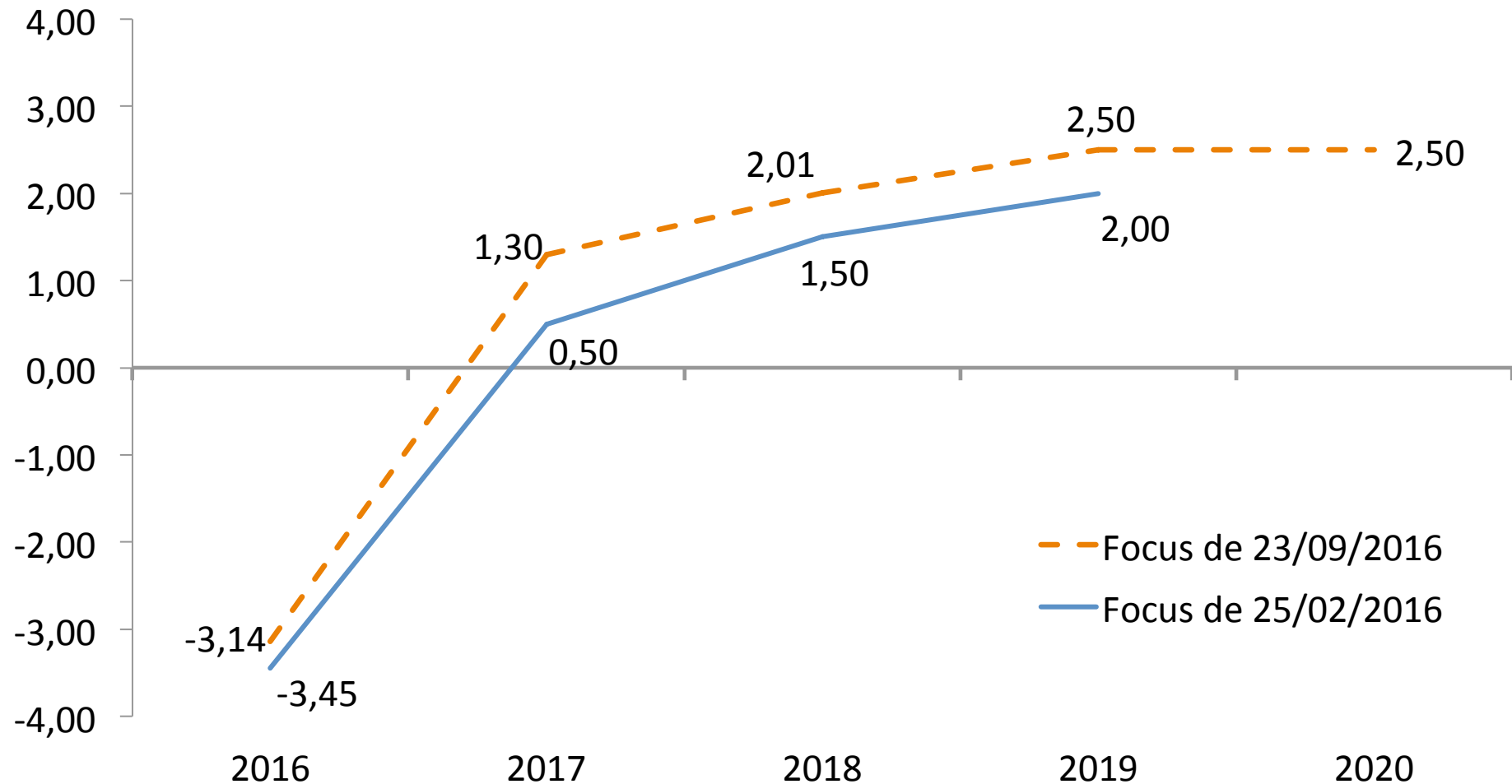


Fonte: STN/MF. Elaboração: SEPLAN/MP.

* Dados da LDO 2016 e PLDO 2017. ** A partir de 2020, dados Simulador SEPLAN/MP: PIB real +2,5% e Despesa Primária real +6,0%.

Como resultado da maior confiança no Governo, o desempenho esperado para o PIB para 2016 e os anos seguinte observou expressiva melhora

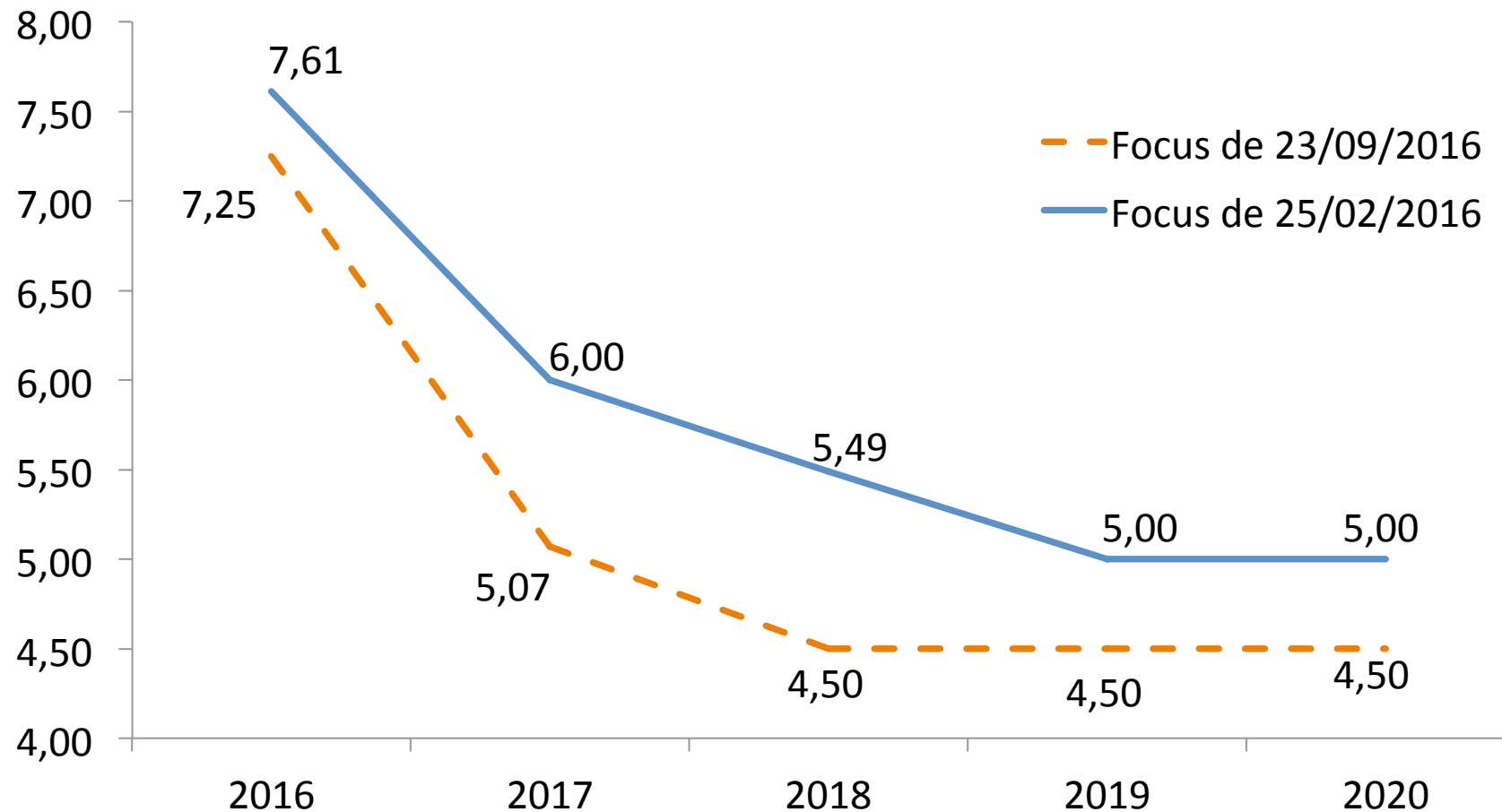
Mediana do PIB (var.real %) Esperado pelo Mercado



Fonte: BCB – Boletim Focus.

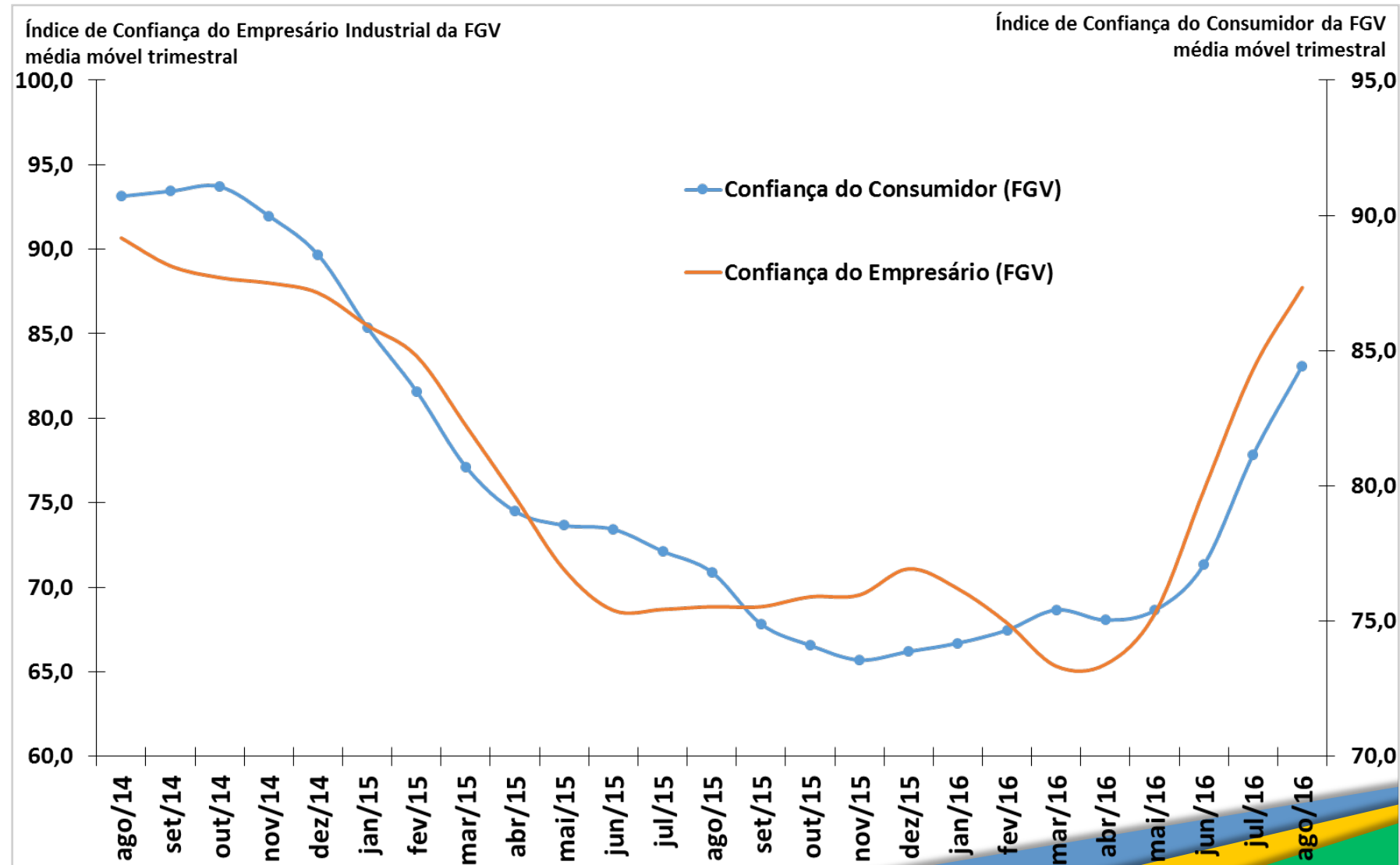
A maior confiança na Política Econômica do Governo também se reflete na expectativa de que a inflação convergirá mais rapidamente ao centro da meta

Mediana do IPCA (% aa) Esperado pelo Mercado



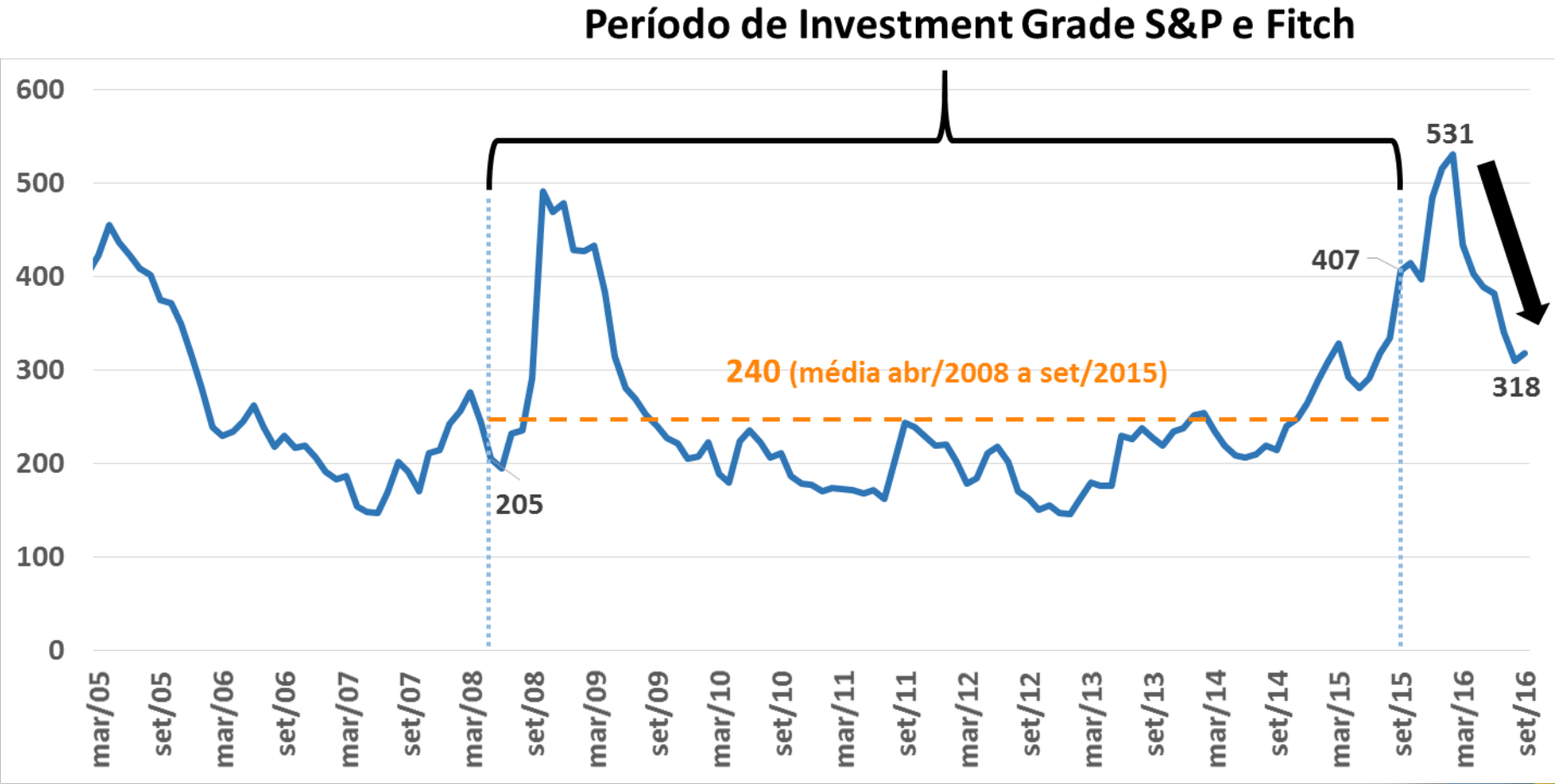
Fonte: BCB – Boletim Focus.

A confiança de empresários e consumidores melhoraram expressivamente a partir de maio de 2016, indicando que o País já está pronto para voltar a crescer



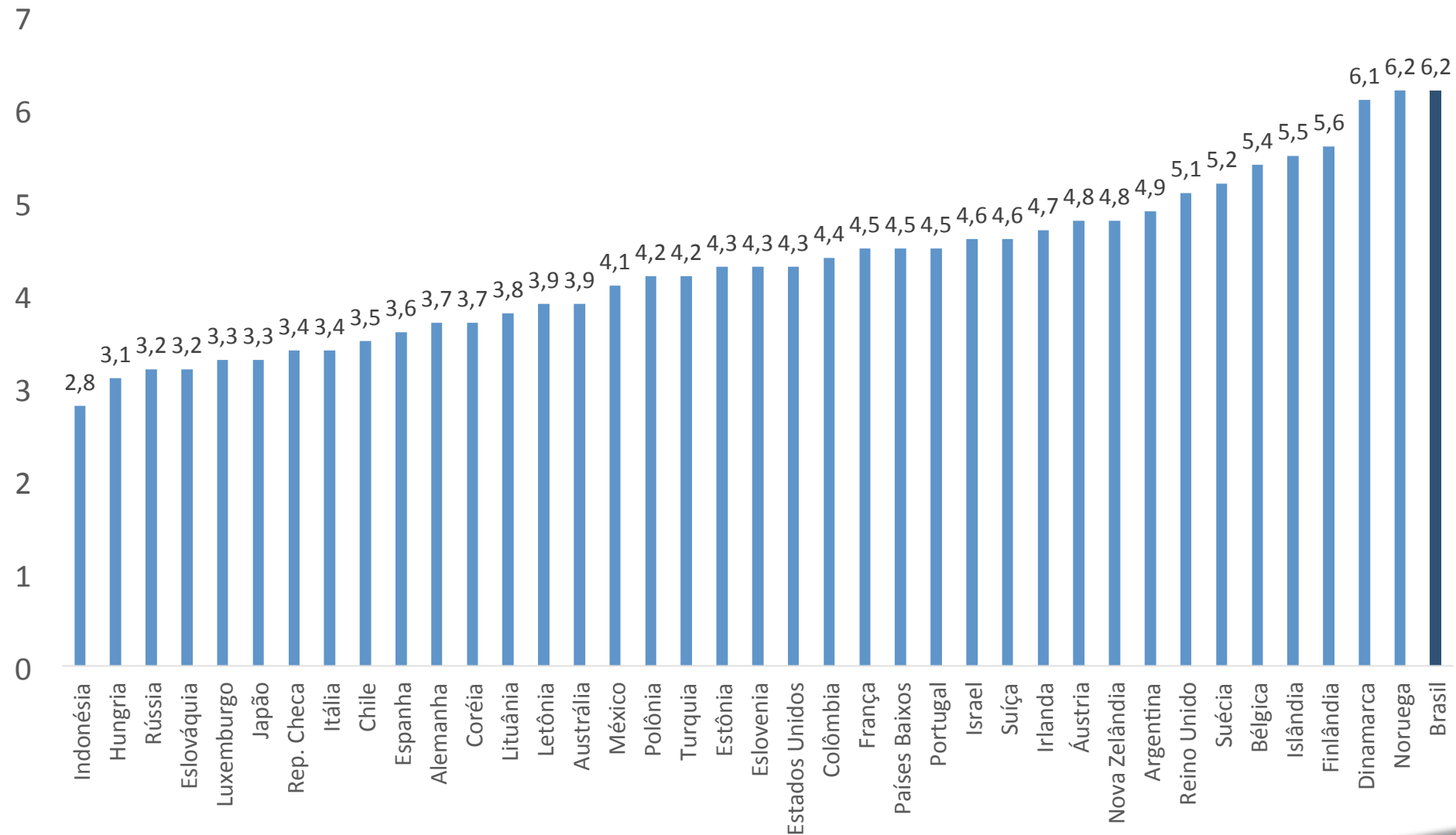
Os investidores externos também melhoraram sua percepção sobre o risco-País que ruma para os níveis do período de Grau de Investimento

EMBi+ Brasil (spread p.b.)



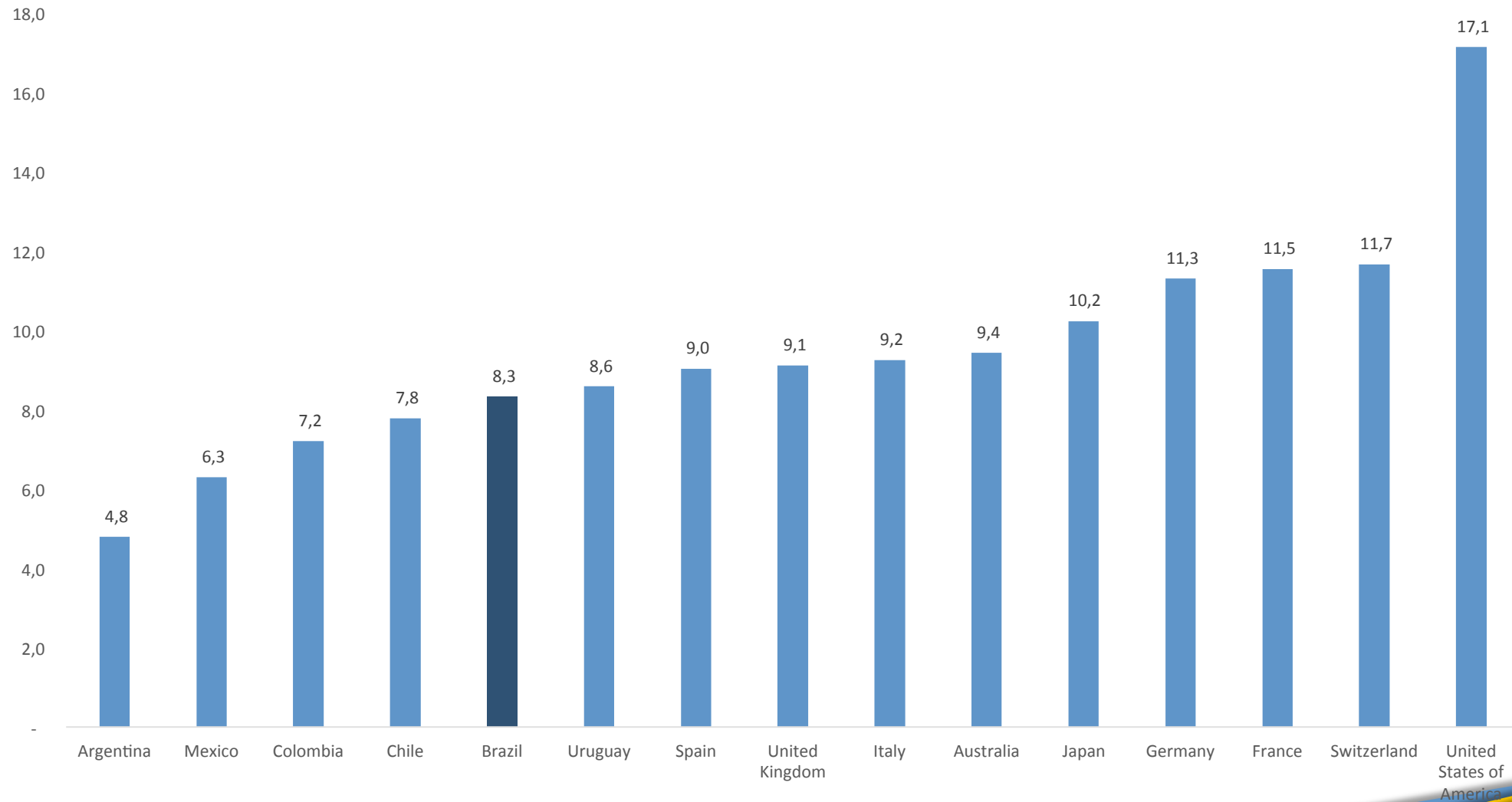
Fonte: JPMorgan.

Investimento Público em Educação (% do PIB)



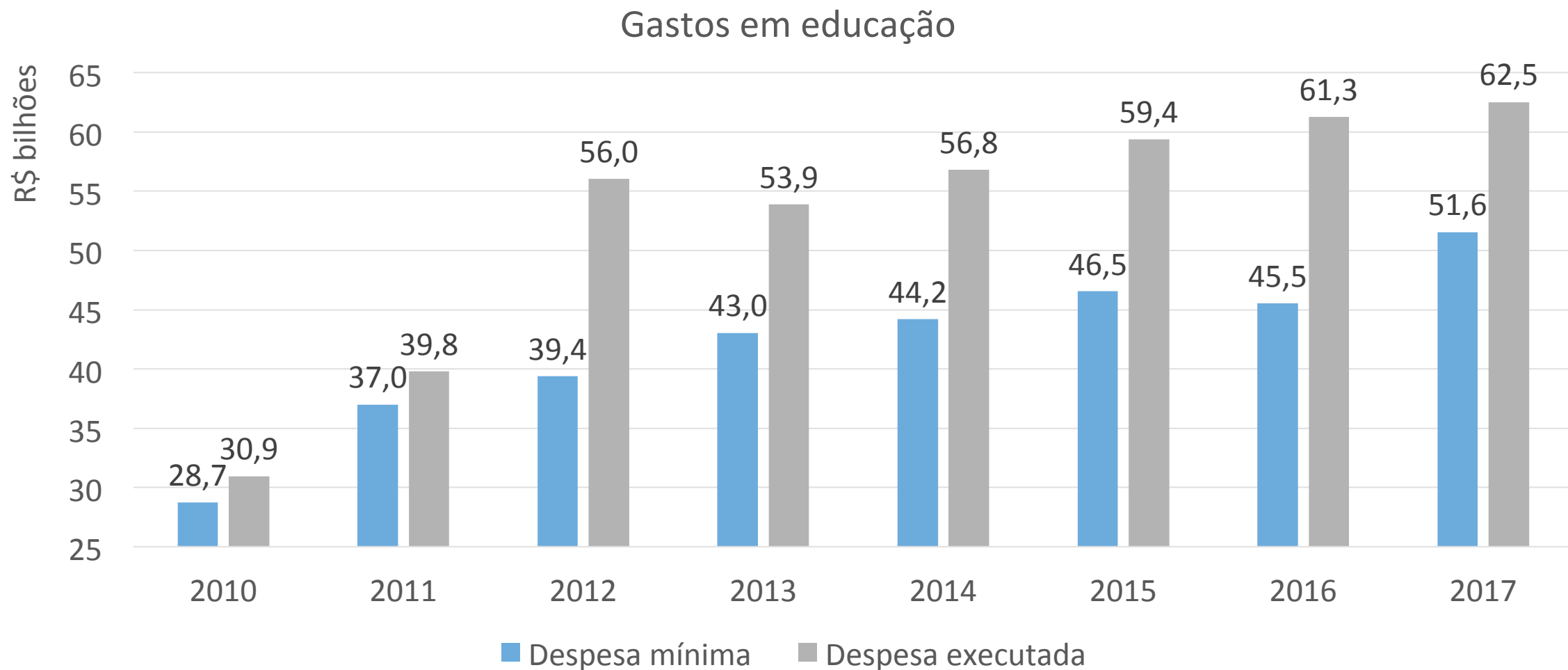
Fonte: Para Brasil, INEP. Para demais países, OCDE. Dados de 2013.

Investimento Total em Saúde (% do PIB)



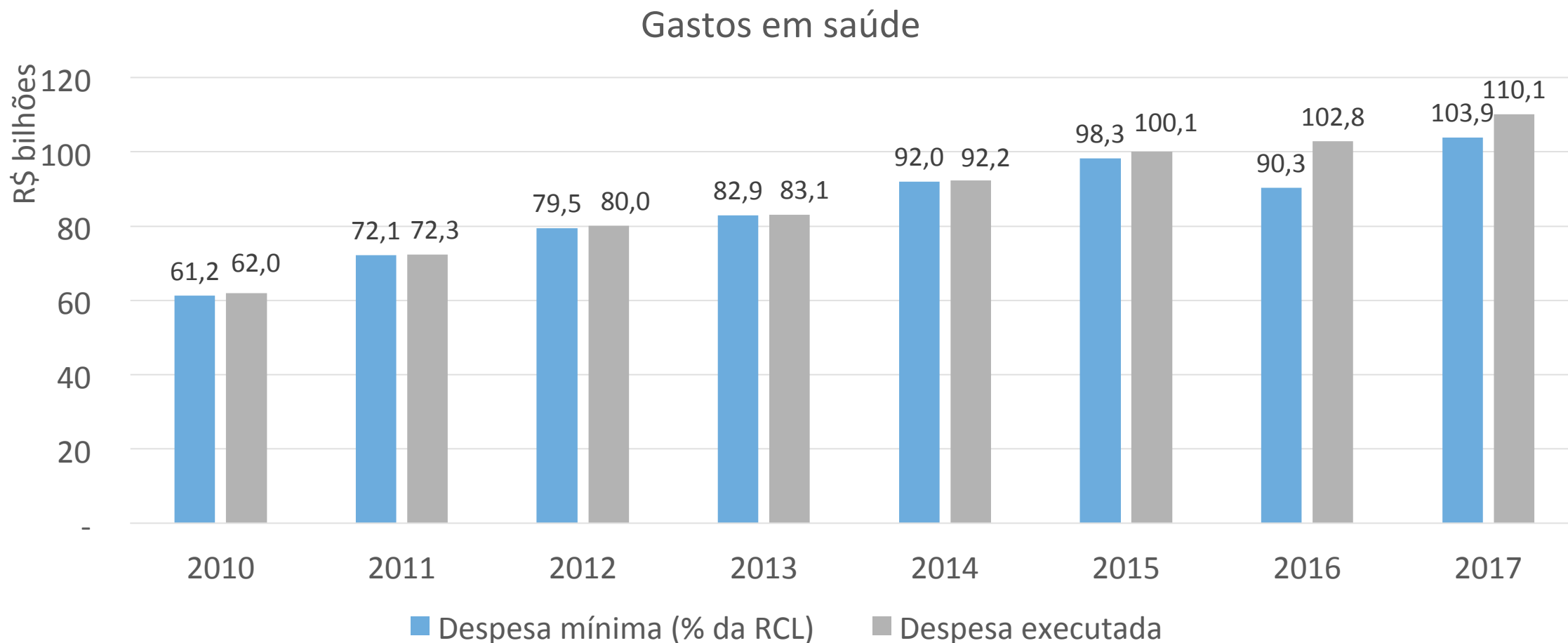
Fonte: OMS. Dados de 2014.

O NRF define o piso e não teto das despesas em EDUCAÇÃO (MDE). Ou seja, a PEC permitirá gastar mais do que o mínimo.



Fonte: Até 2015, Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Para 2016 e 2017, SOF.

O NRF define o piso e não teto das despesas em SAÚDE (ASPS). Ou seja, a PEC permitirá gastar mais do que o mínimo.



Fonte: Até 2015, Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Para 2016 e 2017, SOF.